

## **Nem presa, nem morta: visualidades do ativismo feminista como carrossel de telas no Instagram<sup>1</sup>**

### **Neither imprisoned nor dead: visualities of feminist activism as an Instagram carousel post**

Angie Biondi

Rita Maria Radl-Philipp

**Resumo:** Nos últimos anos, temos observado como as imagens adentraram a seara de disputa pelas pautas feministas não mais como representação de grupos de mulheres ou registro histórico de suas ações, mas como recursos constituintes da própria agenda política. Assim, fotografias e vídeos têm ganhado protagonismo conforme se coligam à emergência de certos fatos e episódios cotidianos que passam a circular intensivamente entre coberturas jornalísticas e perfis nas redes sociais digitais engendrando uma forma peculiar de consumo de tais imagens. Esse texto propõe um exercício teórico crítico sobre duas reportagens audiovisuais recentes acerca das manifestações pelo aborto legal e seguro no Brasil a partir do Instagram. Em ambas, observamos como as imagens conduzem formações discursivas e afetivas que enlaçam visualidade e consumo.

**Palavras-chave:** aborto legal; consumo; feminismo; imagem; Instagram

**Abstract:** In recent years, we have observed how images participate in the dispute over feminist agendas, no longer as a representation of groups of women or a historical record of their actions, but as constituent resources of the political agenda itself. Photographs and videos gain even more prominence as they are associated with the media emergence of everyday facts and episodes that circulate in journalistic coverage and profiles on social networks engendering a particular form of consuming images. This text proposes a theoretical and critical exercise on

1 Pesquisa realizada com recursos do CNPq.

*two recent audiovisual reports about the demonstrations for legal and safe abortion in Brazil on Instagram. In both, we observe how images guide the discursive and affective formations that link visibility and consumption.*

**Keywords:** *legal abortion; consumption; feminism; image; Instagram*

## Introdução

Nos últimos anos, diversos países da América Latina, como Brasil, Colômbia, Chile, além do México, têm centralizado esforços para conter os contínuos reveses políticos conservadores que alteram leis e normas jurídicas já implementadas como um direito público. No Brasil, a recente votação do Projeto de Lei 1904/2024, que propõe alterar o Código Penal equiparando aborto a homicídio, pautado em regime de urgência pelo presidente da Câmara Legislativa, atendendo à demanda de alguns grupos políticos, fez com que uma quantidade significativa de protestos e mobilizações ressurgissem em todo o país, nas últimas semanas de junho.

As manifestações organizadas pelos agrupamentos e coletivos de mulheres em prol das reivindicações por políticas públicas que garantam o direito ao aborto legal e seguro no país sempre fizeram parte da cena política brasileira. Imagens de exposições fotográficas, intervenções artísticas, atividades culturais, além de diversos atos políticos feministas foram constantemente retratados e vistos ao longo dos anos, pelo menos desde 1960 (BONAN; FERREIRA, 2005).

No entanto, observamos que, atualmente, as imagens dessas ações não têm como objetivo principal a constituição de um registro documental, mas compreendem uma parte importante da própria estratégia ativista de reivindicação e protesto que assume o campo visual como um elemento constituinte do debate público, sobretudo a partir da popularização das tecnologias móveis conectadas e o intenso uso das redes sociais digitais.

Nesse sentido, notamos que a produção e circulação dessas imagens não se restringem à composição de arquivos históricos ou registro de materiais documentais, mas são recursos mobilizadores das próprias ações feministas operando uma potencialidade sensível e discursiva como uma dimensão própria da experiência política contemporânea (CALDERÓN, 2020; NORONHA, 2019). Essas imagens produzidas, ao adentrarem o campo dos dispositivos comunicacionais, particularmente, o das redes sociais digitais, plataformas e aplicativos buscam expandir

o espaço de aparição de seu repertório e suas lutas políticas instituindo formas específicas de visualidades para a configuração de uma imagem reconhecível e consumível do ativismo feminista.

Processos subjetivos conduzem certas práticas de consumo de onde se extraem desejos, ideais e valores mediados que passam a produzir sentidos e a representar também a vida dos indivíduos, pois se conectam com outras esferas da experiência social e cultural (BARBOSA, 2004, p.45) borrando as delimitações entre ativismo, cidadania, ética e investindo outras adjetivações ao consumo como sendo ético, sustentável, ativista, consciente (PEREIRA; BRAS; RODRIGUES, 2023; CANCLINI, 1999). Daí fotos e vídeos participarem como materialidades comunicativas importantes na elaboração de signos visuais que reforçam valores presumíveis de engajamento, participação democrática e luta política engendrando subjetividade e consumo.

A ausência de forte identidade dos jovens com as instituições formais de representação democrática tem propiciado a criação de novas arenas para mobilização da energia política da juventude. Nesse sentido é que aponto para a geração de uma nova atmosfera no estágio avançado da sociedade de consumo: a do consumismo responsável e da politização da liberdade de escolha do estilo de vida — no sentido dos usos de diferentes signos da cultura material. (MACHADO, 2011, p.12).

Desse modo, o texto pretende refletir como as recentes ações de movimentos feministas que reivindicam os direitos sexuais e reprodutivos têm elaborado uma forma específica de visibilidade política, através do uso de redes sociais digitais, voltada para duas funções midiático-comunicativas centrais: a) modelar visualidades de ações feministas no intuito de produzir novas dinâmicas de enfrentamento à violência e ao controle biopolítico dos corpos de meninas e mulheres; b) modular uma economia da atenção, a fim de promover interações baseadas no compartilhamento de imagens em *stories*, que tem vigorado como um aspecto de vínculo social característico do consumo de imagens na cultura das redes.

Argumentamos que as imagens das ações feministas pelo direito ao aborto legal e seguro, em particular, quando produzidas e divulgadas através do Instagram, não se limitam a representar um discurso ativista, ainda que o componha dentro de um quadro histórico mais amplo, mas buscam retratar modos de vida e subjetividade dos corpos institucionalmente violados para serem (re)posicionados e (re)vistos na esfera pública, agora mediados por dispositivo comunicacional que institui seu próprio espaço de cena qualificável. Para isso, propomos um exercício preliminar de análise teórico crítica sobre uma pequena série de imagens que compõe duas recentes reportagens audiovisuais no Brasil; uma no perfil do Portal Catarinas, denunciando o impedimento ao aborto legal de uma menina de 11 anos, vítima de estupro, no estado de Santa Catarina, em 2022; e outra no perfil do portal G1, noticiando as manifestações contra a votação do PL 1904/2024, entre maio e junho desse ano, em Brasília. Em ambas, observamos que a materialidade das imagens recorre à associação entre fatos midiáticos e referências simbólicas, incluídas aqui, aquelas de uma cultura de consumo popular, promovendo um movimento contínuo de recursividade que sustenta a atenção do olhar aos corpos irmanados, em assembleia, que deslizam entre as diferentes telas como em um carrossel.

### **Imagem e visualidade do ativismo feminista em plataformas digitais**

Segundo Facioli; Gomes (2022, p.07), a popularização e crescente uso de plataformas e *sites* de redes sociais digitais são indicativos de um novo arranjo de disputa em torno do ativismo feminista brasileiro. O modo como são agenciadas imagens e afetos, a fim de mobilizar pessoas, propondo arranjos e negociação de valores visa compor um quadro legítimo de luta e reconhecimento de direitos que tensionam o imaginário social cotidiano.

Disputas políticas são também intensamente ideológicas, morais, afetivas e se dão em termos simbólicos e semióticos replicados em formato de textos, *hashtags*, memes (FACIOLI; GOMES, 2022, p.05). Daí

as pesquisadoras afirmarem a relevância de considerar a participação das tecnologias digitais para a mobilização de ações feministas atualmente, seja para a circulação de seus conteúdos, seja para a formação de um repertório político, pois todos são aspectos sistematicamente mediados.

O uso de plataformas online por ativistas é central nas mobilizações para protestos específicos e, mais do que isso, argumentamos que elas se constroem enquanto forma de garantir visibilidade para demandas e pautas políticas. As mídias ocupam, nesses termos, uma brecha histórica deixada pelas fragilidades nos processos democráticos para espaços de fala, escuta, reivindicações de direito ou denúncias. No Brasil, este fenômeno constrói uma relação íntima dos sujeitos com essas tecnologias que não se restringem às digitais. A expectativa depositada nos veículos de comunicação, para a resolução de problemas individuais é um exemplo, em bairros e cidades. Programas como “Aqui e Agora”, veiculado nos anos 1990 e cujo apresentador era o jornalista Gil Gomes, com o slogan “um jornal vibrante, uma arma do povo, que mostra na TV a vida como ela é”, tinha como característica o recebimento de vídeos amadores de situações cotidianas, com caráter de denúncia de problemas diversos. (FACIOLI; GOMES, 2022, p.08).

Como primeiro passo investigativo, delimitamos a observação de reportagens audiovisuais cujas imagens foram veiculadas por dois conhecidos portais jornalísticos brasileiros; um especializado no ativismo feminista, o portal Catarinas, e outro pelo Portal G1, do conglomerado Globo. No primeiro exemplar, o Catarinas, notamos que é através do enfoque de gênero que o portal cria, elabora, fórmula e compõe seu fazer jornalístico. “Esse olhar que difere da perspectiva masculinista, mas que não é um jornalismo especializado em mulheres, parece indicar a tentativa de trazer outros pontos de vista para a construção da realidade e, no que se refere ao jornalismo, a partir de práticas distintas” (GUSTAFSSON, 2018, p.134).

Vale acrescentar que o Catarinas é um coletivo de jornalismo feminista independente, criado em 2016, subsidiado por *crowdfunding* (campanha de financiamento coletivo, pelo Catarse) e que hoje recebe apoio da ONU Mulheres. Em seu perfil, no Instagram, frequentemente

apresenta imagens com coberturas de mobilizações, protestos, campanhas e afins organizadas sob o formato *story*, criado para retratar, entre outros temas, a pauta dos direitos sexuais e reprodutivos.

Com maior projeção nas redes sociais, o portal obteve notoriedade na imprensa tradicional quando publicou, em 2022, em parceria com o Intercept Brasil, uma reportagem sobre o caso da menina de onze anos, vítima de estupro, que teve o direito ao aborto negado pela justiça de Santa Catarina. Desde então, o portal intensificou a produção de conteúdos sobre os direitos sexuais e reprodutivos no país de modo que o acompanhamento das ações conta com diversos recursos comunicacionais e midiáticos, dentre eles, os materiais audiovisuais (imagens, vídeos, ilustrações e textos) que são fartamente utilizados em plataformas e *sites* de redes sociais, tanto do próprio portal, quanto repassados como fontes para outras agências de notícias.

Em 2021, inclusive, o portal oficializou uma parceria com a Fundação Gabo, da Colômbia, intensificando ainda mais a produção de material audiovisual, de modo a ampliar a distribuição de conteúdo especializado na América Latina. Nesse artigo, optamos pela seleção de uma reportagem audiovisual intitulada “Morte materna: a omissão do Estado no acesso ao aborto legal e seguro”, assinada pela jornalista Kelly Ribeiro.

Figura 1 – Mulheres protestam pela garantia do direito ao aborto legal e seguro no Brasil



Fonte: Portal Catarinas, 2022, capturado pelas autoras.

A reportagem é composta por um pequeno conjunto de vinte quadros visuais, os *slides*, dentre os quais, o primeiro exibe o título e o último, a assinatura com a logomarca e o endereço eletrônico do portal. O formato escolhido foi o *story*, recurso disponibilizado pelo Instagram, no perfil do Catarinas. *Story* é um formato de conteúdo visual, dinâmico e interativo, com *slides* encadeados em uma sequência linear que podem ser “arrastados” lado a lado, chamado popularmente de “carrossel de telas”, compondo uma breve narrativa; o contar de uma história sobre um determinado tema.

A utilização desse formato, criado em 2011 pelo Snapchat, foi logo adotada por outras plataformas e *sites* de redes sociais, sendo que hoje é o maior tipo de consumo de conteúdo visual (JASTI, 2021), porque se faz de maneira rápida e em visualizações que permitem vários modos de interação, principalmente o compartilhamento de imagens, definindo



um tipo específico de consumo visual. Nos dois primeiros *slides* da série, o título da reportagem aparece em destaque sobrepondo a fotografia de um encontro de mulheres que carregam o *pañuelo* verde, um emblemático símbolo pelo aborto legal e seguro usado, originariamente, nas reivindicações feministas da Argentina, mas que foram adotados por diversos movimentos de mulheres em outros países. Na bandana verde suspensa, pode-se ler o *slogan* da principal campanha: “aborto legal para no morir”.

No *slide* seguinte, vê-se mais nitidamente um grupo de mulheres que caminham pelas ruas, algumas com os braços erguidos, punhos cerrados, rostos em expressões de fala, carregando cartazes com frases de efeito. O primeiro plano é ocupado por duas mulheres com os rostos pintados de branco e preto cujos olhos, nariz e boca aparecem como cavidades escuras semelhantes ao desenho de uma caveira estilizada mexicana. Ambas aparecem com cartazes pendurados no peito declarando que já estariam “mortas pelo Estado”, cujos corpos, embora ainda vivos, estariam condenados por um governo político que não só regula a sexualidade e a reprodução das mulheres, mas as sentencia à violência e morte; por isso seriam uma espécie de caveira ambulante. Já na porção inferior, abaixo da fotografia, um *box* colorido revela um breve texto explicando que o aborto inseguro é a principal causa de morte materna de meninas e mulheres no país e que somente uma política pública que assegure o acesso ao aborto legal preveniria as mortes.

Na sequência de *slides*, do primeiro ao quinto, além do décimo, vemos a mesma estrutura visual; uma fotografia de corpos de mulheres empunhando o *pañuelo* verde ocupando a parte central e, logo abaixo, um breve texto explicando, resumidamente, dados estatísticos, documentos institucionais sobre a quantidade de mortes e as políticas públicas a serem garantidas pelo Estado. De início, observamos que esses materiais servem ao impacto de uma leitura rápida e objetiva sobre a realidade brasileira que ainda condiciona aborto à morte. Nesse sentido, eles agem como um recurso que intensifica o teor pedagógico do conteúdo, ampliando o repertório do debate público entre usuários da

plataforma, porém suas materialidades não se restringem a isso, uma vez que as imagens logo se encadeiam e se associam a outros signos, valores e afetos circulantes produzindo novos sentidos à imaginação política. A observação dos movimentos das imagens que são ativadas em um contexto de constante reelaboração, porque podem ser recortadas, copiadas, recoladas, mixadas, repintadas, modificadas e novamente compartilhadas, como o das plataformas e redes digitais, permite-nos apontar a emergência de visualidades que potencializam sensibilidades e discursos em torno do tema.

Nas fotos da série, as mulheres que comparecem unidas em protestos espalhados por várias cidades do país, empunhando os *pañuelos* verdes e disputando o espaço público pelo aborto legal são vistas em um processo de multiplicação. Não é apenas uma história ou um retrato de uma menina ou uma mulher, são todas as meninas e as mulheres que aparecem vulneráveis à violência das leis e normas que as condenam e as sentenciam à morte. “Ampliar o acesso ao aborto legal é parte fundamental para enfrentar essa questão de saúde pública”, declara o *box* azul do segundo slide.

O reconhecimento de que a reivindicação não se aplica a uma, mas a todas as meninas e mulheres faz parte da emergência de uma política de exposição de sujeitas aliançadas em uma reivindicação comum, isto é, de uma “cena de aparecimento” de corpos e vidas em precariedade, em vulnerabilidade, como afirma Butler (2018, p.34). E aqui é preciso destacar que, na perspectiva da autora, as cenas de aparecimento que se formam a partir da exposição à precariedade não buscam reafirmar esse estado, mas partir dele para alterar as condições de violência impostas e assim transformar a experiência social da injúria. A precariedade, segundo Butler, funcionaria como um termo mediador que opera como um lugar de aliança entre grupos de pessoas que de outro modo não teriam muito em comum. Por isso, ao se juntarem, ao se constituírem um corpo coletivo e comum às imagens, meninas e mulheres produzem uma forma de visualidade desafiadora que desestabiliza realidades e normas, considerando o direito de aparecer “em cena” como um enquadramento

de coligação de pessoas que compartilham a mesma sujeição e apagamento. O que esses grupos precisam reivindicar para existirem (Butler, 2018, p.34)? Conforme o conteúdo da série, somente a implementação de políticas públicas que assegurem os direitos sexuais e reprodutivos romperia o quadro de violência e mortalidade no país.

Em nossa pesquisa mais ampla, identificamos que o último Boletim Epidemiológico da Secretaria de Vigilância do Ministério da Saúde (Brasil, 2022) indicou um aumento no número de mortes de mulheres. Conforme o principal índice registrado pelo fator de Razão de Mortalidade Materna (RMM), em 2019, a taxa era de 57,9 óbitos maternos a cada 100 mil nascidos vivos, porém esse número passou para 74,7 em 2020. A última Pesquisa Nacional de Aborto (DINIZ; MEDEIROS; MADEIRO, 2021), também indicou que 52% das mulheres tinham 19 anos ou menos quando fizeram o primeiro aborto. As taxas mais altas foram detectadas entre as entrevistadas com menor escolaridade, negras, indígenas e residentes em regiões mais pobres do país.

Além disso, no próprio portal do Catarinas, há dados mais apurados sobre uma pesquisa realizada em parceria com a agência Gênero e Número e o portal AzMina, indicando que, entre 2012 e 2022, 483 mulheres morreram por aborto em hospitais da rede pública de saúde do Brasil (PORTAL CATARINAS, 2023). A entidade analisou mais de 1,7 milhão de internações registradas no Sistema de Informações Hospitalares (SIH-SUS) como gravidez que terminam em aborto. Segundo o levantamento, foram consideradas hospitalizações por aborto espontâneo, aborto por razões médicas e legais, outros tipos de aborto, aborto não especificado, outros produtos anormais da concepção, falha de tentativa de aborto e ainda complicações consequentes ao aborto e gravidez ectópica ou molar. Desse quantitativo, mais da metade das hospitalizações foram registradas como abortos espontâneos. “No entanto, proporcionalmente, o maior número de mortes ocorreu nos casos de falha na tentativa de aborto. Tratam-se de abortos incompletos, em que a internação ocorreu para finalização do procedimento” (PORTAL CATARINAS, 2023).

Entendemos que esse conjunto de dados em cruzamento afere um panorama mais fiel e objetivo da realidade concreta acerca da quantidade de mortes de mulheres e meninas decorrentes de procedimentos abortivos no país, além de identificar quem são as maiores vítimas fatais. Contudo, essa leitura ampliada dificilmente alcançaria um público maior e de diferentes camadas sociais e etárias. Esse modelo de organização do conteúdo como *stories*, mesclando textos, fotos e ilustrações em cada *slide* conectado ao seguinte e que passa, lado a lado, pelo deslizar dos dedos na tela coordena o gesto das mãos e dos olhos para uma leitura rápida, privilegiando também um modo de atenção específico ao problema social.

“A politização da subjetividade é o maior registro das novas gerações” (Machado, 2011, p. 13), afirma a pesquisadora, ao analisar a estreita vinculação entre ideais democráticos e marcas publicitárias entre os jovens. Assim, não se espera haver uma efetiva mobilização que resulte no encampar da luta política das ruas, por exemplo, apenas partindo de conteúdos criados e veiculados em plataformas, mas que haja a indicação de certa noção de vínculo e sensibilização política então negociadas pelos ideais políticos feministas que circulam, entre outros, como signos de consumo nas telas e nas redes.

Nesse sentido, o resumo, a objetividade dos dados e a visualização de conteúdos em imagens e fotos ilustrativas elaborados pelo Catari- nas podem conferir, ao público usuário das redes, a formação de certo repertório mínimo sobre o aborto como um efetivo problema de saúde pública e, o que é crucial, sem medicalizar o corpo feminino, nem objetivá-lo. Ademais, notamos ainda que há um deslocamento no modo de enquadrar o tema que está correlacionado ao posicionamento das personagens em questão, sendo esse arranjo explorado por outros perfis em plataformas digitais quando da elaboração desse tipo de conteúdo, uma vez que reforça a importância da vida das meninas e mulheres, de sua coletividade e seus corpos vivos em luta constituindo cenas de aparecimento que convocam sentidos cruciais aos modos de luta pelos direitos.

Por outro lado, é preciso ressaltar que nesse modelo visual expresso na reportagem não há maiores complexificação sobre o aborto, a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos como problemas estruturais que vitimizam milhões de mulheres e meninas, todos os anos, no país (BARBOSA; MOTA, 2020). As imagens circulantes encontradas focalizam a discussão na realização ou não da intervenção médica criando, inclusive, uma zona opaca sobre outras intercorrências possíveis do próprio aborto legal, tais como o sofrimento físico, o acompanhamento familiar, o atendimento psicológico, o amparo de saberes tradicionais, entre outros, pois centralizado em favor de um discurso e de um modelo médico hospitalar institucionalizado (RADL-PHILIPP, R. M. ; CRUZ, Z. V, 2019).

### **Atenção e consumo em imagens de protestos feministas circulantes no Instagram**

Outro aspecto a ressaltar, a partir desse conjunto de imagens, é que todos os *slides* enfatizam as mulheres como sujeitas centrais do conteúdo; são elas que mostram seus rostos e corpos, tomando a palavra e portando as mensagens com as reivindicações exigidas para garantir sua sobrevivência. O que ressaltamos é que as fotos usadas centralizam, propositalmente, a apresentação de mulheres em situações de protesto público, em ação. Portanto, sujeitas dotadas de agência. Unidas, elas marcham, gritam, gesticulam, encaram as lentes, usam seus corpos para ocupar o espaço no qual se encontram para demarcar sua presença predominante enquanto são, elas mesmas, tornadas imagem.

Na segunda reportagem visual analisada, também observamos que a maior parte das fotografias usadas pelo Portal G1 para cobrir os protestos contra a votação do PL 1904/2024, enfatiza as mulheres como personagens centrais. Nesse sentido, elas não estão compondo um conteúdo apenas para provarem que esses eventos ocorreram, nem para os ilustrarem, mas para marcar a especificidade política do encontro de corpos, cada qual com sua singularidade, sua vivência, seu modo de compreender e pensar sua posição no espaço público.

Daí as fotos destacarem a exibição de todas juntas, bem-vindas, unidas em um arranjo relacional potente que efetiva o protesto e o direito ao aparecer comum das ruas rompendo os espaços institucionais que costumam restringir e normalizar o controle de seus corpos, da circulação ao comportamento, tais como igrejas e demais espaços de aparição que normalmente funcionam como articuladores das visibilidades de gênero aceitáveis e consumíveis, como analisam Casadei; Mendonça (2021, p.118).

Figura 2 – Mulheres protestam contra a votação do PL 1904/2024



Fonte: Portal G1, 2024, capturado pelas autoras.

Na Figura 2, um grupo de mulheres aparece caracterizado com a vestimenta da aia, remetendo a uma personagem ficcional da obra *The Handmaid's tale*, criada pela escritora Margareth Atwood, cuja história também deu origem à série exibida pelo canal HBO, em 2017, tornando-se emblemática entre jovens. Na distopia, as mulheres ainda férteis são escravizadas, estupradas e forçadas a parir filhos de famílias de fidalgos que, devido aos altos índices de toxicidade, poluição e doenças,

precisam manter a reprodução de sua espécie para garantir o *status quo* em um país sob um regime fundamentalista e totalitário que entra em ruína civil, política e econômica. A história, no entanto, é contada pela perspectiva de uma das servas, June, que apresenta modos sutis e cotidianos de resistência e fabulação que vão tecendo novos laços coletivos entre as mulheres até o desfecho final com a derrubada do governo.

Ao se apresentarem em frente à Câmara dos Deputados, as manifestantes com as vestes vermelhas da aia buscam demarcar que a referência à personagem faz parte de uma estratégia enunciativa que mistura fato e ficção, textos e corpos, acionando novamente uma cena que sublinha resistência e recusa a um destino de prisão, escravidão e morte. Sob um manejo temporal e ficcional específico, o protesto questiona a participação do Estado na reprodução forçada quando conduzida pela falta de acesso, proibição ou, no caso, pela criminalização ao aborto legal e seguro, se houvesse votação e eventual aprovação do PL 1904/2024.

É curioso notar ainda que a referência à personagem ficcional da aia é frequentemente contrastada com outra personagem da mesma história, Serena, a senhora de azul, quando as manifestações são de cunho conservador, intituladas “pró-vida”, e que apoiam a proibição do aborto sob qualquer circunstância. Essa espécie de duelo de imagens baseado em referências de uma cultura pop midiática (MISKOLCI, 2021) também pôde ser visto nas ruas e nas redes. Nas imagens que compõem o conteúdo das ações feministas postas em circulação, a associação entre o midiático, o ficcional e a realidade concreta se aproximam como em um jogo lúdico próprio de uma linguagem performativa que não negligencia uma geração que está muito mais acostumada ao consumo de signos culturais. Nessa perspectiva, vale lembrar, não compreende o consumo como uma prática unicamente relacionada ao ato de compra, mas na adesão a modos, aparências, experiências e estilos de vida imersos em um campo cultural ativo (FEATHERSTONE, 1987).

Entretanto, destacamos que esse desarranjo do estado de coisas (fato e ficção, presente e futuro) que comparece à imagem é instado pelo protesto político. Não são as mulheres em si mesmas, mas o conjunto

coletivo em protesto – sujeitas em relação de encontro e ação, em assembleia –, é que é o agente central que articula textos e corpos, reais e ficcionais. De maneira complementar, Marques (2022, p.12), ao analisar os desdobramentos do conceito de cena em Rancière (2005), ressalta que imagens capazes de desorganizar ou desarranjar sentidos, percepções e visibilidades conseguem materializar uma contraposição de formas de manifestação e enunciação diante dos outros. Essa relação produtiva entre ficção e política, portanto, é subjacente ao campo das imagens, especificamente as que são observadas aqui, porque buscam constituir uma cena de aparecimento articulada à ação feminista.

Como aponta Calderón (2020, p.35), conforme os contextos, as imagens não respondem somente como um plano de representação, reprodução ou de projeção, mas como um plano de conexões, de operações que abrem, articulam, relacionam, criando outras configurações entre elementos (súgnicos, sensíveis) antes não vistos. Ficção e imagem são importantes à produção de uma cena que se quer política, porque põem em circulação outros quadros de pensamento, imaginação e sentido, interrompendo o fluxo midiático consensual que insiste em enquadrar fatos, acontecimentos (CALDERÓN, 2020, p.104).

As imagens observadas nesse pequeno conjunto de reportagens visuais propõem o estar junto, sugerindo que um há fluxo plural de afetos compartilhado que perpassa as ações feministas independente de cada história individual. Conforme destaca Calderón (2020, p.85), as imagens hoje precisam ser pensadas como acontecimentos dentro de um campo cultural mais amplo, o que implica também ver, necessariamente, o que não advém explicitamente à exposição e, por isso mesmo, provocam outros arranjos à percepção, sentido e imaginação política.

Imagens de mulheres que expõem seus corpos em ações públicas, muitas vezes, nus, oferecidos como telas ou cartazes escritos com palavras de ordem, desenhos e símbolos vistos em caminhadas, protestos e ocupações, têm ainda circulado com frequência em diferentes veículos de comunicação, através da imprensa e das redes sociais. Para Paula Sibilía (2013; 2015), essa forma de manifestação também pode ser



compreendida como uma espécie de performance, particularmente usada pelo ativismo feminista contemporâneo. Em suas pesquisas, ela discute como a nudez dos corpos femininos, nesses casos, é manejada como um recurso poético, estético e político na composição formal da maior parte das ações que compreendem o feminismo atual. Ainda que a nudez não seja mais algo inédito, exhibir o corpo nu em prol de uma causa ainda apresenta certa eficácia devido ao modo de atenção angariado sobretudo pela mídia.

Reforçado mais pela situação inusitada em que pode ser exposto, o corpo apresentado como uma tela viva ainda repercute, midiaticamente, as diferentes pautas feministas. Daí manifestações públicas como o *free nipple*, *toplessaço*, *baring witness*, entre outros exemplos, ainda serem fenômenos com certa força atencional, pois funcionam dentro de um regime especular, ou seja, modelado para um olhar que consome, colocando em discussão os modos de ver aceitáveis, consumíveis, qualificados e/ou legitimados na sociedade. Através de uma abordagem genealógica, Sibilia (2015) discute o quanto a exposição de corpos de mulheres reais, contrariamente aos corpos idealizados e regulados pela publicidade, pela moda, entre outros, quando emergem em reivindicações feministas no espaço público assumem, em geral, uma configuração política mobilizadora, uma vez que passa a ser difícil acomodá-los nos esquemas visuais historicamente construídos do estereótipo, do clichê ou da objetificação. Essa espécie de fenômeno da visualidade performada de gênero é denominado “despornificação do olhar” pela autora.

Nessa busca, parece se insinuar uma eventual despornificação do olhar, como uma promessa de mudanças importantes que poderiam afetar o atual regime de visibilidade. Essa abertura seria capaz de reverter – rumo a novos horizontes ainda impensáveis – aquela tendência iniciada nos albores da era moderna: a pornificação do olhar que tem se derramado sobre as silhuetas nuas após o ‘desencantamento do mundo’, com a consequente sexualização e medicalização das imagens corporais em pleno processo de secularização. (SIBILIA, 2015, p.196).

O jogo com os corpos femininos unidos e expostos em protestos buscam romper esquemas socioculturais negociando outra relação com o olhar público. Os corpos em assembleia vistos nas duas reportagens buscam produzir novas imagens de contrapoder, quebrando os ordenamentos morais e políticos hegemônicos. Como destaca Gago (2020, p.194), as assembleias manifestam uma soberania popular que desafia a fé estatal como monopólio da política, são insurgências que renovam as dinâmicas de decisão e autonomia, de cuidado e reprodução, de autodefesa e saber coletivo. Assim também, o que se enfatizam como imagem são os corpos em ação, corpos agentes, dotados de potência e vontade que procuram estabelecer outro arranjo com o olhar público, rompendo esquematismos. Trata-se de uma operação política eminentemente visual; um jogo de imagens entendido aqui em sentido *lato*.

Segundo Judith Butler (2018, p.31), a intensidade desses corpos que hoje são vistos em aliança e evocados nas imagens de protestos operaria ainda uma negociação com outro tipo de direito: o de aparecer. Como um exercício performativo, diz Butler, o direito a aparecer emerge da expressão de uma demanda corporal conjunta, ainda que seja sob formas improvisadas ou não institucionais de uma coletividade, “os corpos em assembleia dizem” (2018, p.32). Para ela, esse direito é colocado porque presume o reconhecimento de uma condição precária induzida, normalizada e, principalmente, compartilhada por certos grupos sociais. Desse modo, o performativo nesse encontro de corpos que aparecem, diz Butler (2018, p.35), estaria relacionado ao poder que a linguagem tem de produzir uma nova situação ou de acionar um conjunto de efeitos através do modo como nomeia ou enuncia as coisas. Nas imagens trazidas aqui, o aparecer coletivo das mulheres não se restringe à mera representação de um protesto porque inscreve, a partir dos corpos em aliança, a materialização de uma demanda socialmente produzida, vocalizada. Em acordo com Butler, argumentamos, então, que há duas dimensões do performativo que se entrelaçam: das alianças dos corpos e das imagens dos corpos em aliança.

As mulheres que se juntam em protestos, sejam caracterizadas como aias, sejam acenando os *pañuelos* verdes pelo aborto legal e seguro, reconhecem que seus corpos estão submetidos diariamente à violência e opressão estruturais, a uma condenação que pode resultar, efetivamente, em suas mortes. Por isso vemos em ambas as reportagens visuais que o uso de seus corpos, inclusive, ostenta as próprias frases de efeito como uma espécie de voz corporificada que estampa os cartazes: “Criança não é mãe”, “Filha não é namorada”, “Meu corpo, minhas regras”, “Nem morta, nem presa”. Para Butler (2018, p.31), esse aspecto é uma marca cultural da prática política de certos grupos contemporâneos que centralizam, nos corpos e nas imagens, suas formas de reivindicar o direito à aparição pública; reunindo-se em público juntas para serem vistas e ouvidas como uma presença política e como uma força plural, as mulheres em assembleia performam uma demanda corporal por um conjunto de vidas mais vivíveis.

“Então, vamos assumir que a performatividade descreve tanto o processo de ser objeto de uma ação quanto as condições e possibilidades para a ação, e que não podemos entender sua operação sem essas duas dimensões” (BUTLER, 2018, p. 70). É interessante observar como ela inverte o sentido da relação entre o aparecer e o expor para, pelo seu avesso, argumentar que a complementaridade entre esses aspectos é assumida negativamente por um artilho do poder hegemônico que impõe as normas culturais em uma sociedade patriarcal e heteronormativa que tenta, a todo custo, capturar seus signos e demandas. Na prática, somente quem se julga exposto às condições de desigualdade, precariedade, discriminação e violência é que reivindica seu aparecimento.

Se aceitamos que existem normas que condicionam quem é reconhecível no espaço público, podemos questionar como os irreconhecíveis podem se constituir como um grupo desenvolvendo formas de se tornar visíveis para outros de modo que esse aparecimento comum possa se tornar a base para a resistência em uma ação política (BUTLER, 2018, p.45).

Seguindo o pensamento da autora, entendemos que em nossa sociedade latina, ocidentalizada, o campo de aparecimento é regulado

por normas de reconhecimento que são hierárquicas e excludentes, de modo que a imagem compõe um elemento de linguagem performativa que está ligado às formas diferenciais pelas quais sujeitos passam a se tornar reconhecíveis no espaço público. Desse modo, aos grupos oprimidos resta a produção de um tipo de enunciado corporificado ou uma ação de fala corporificada, propriamente política, para que possam aparecer publicamente e assim afetar, engajar, sofrer, comover outros corpos promovendo novas dinâmicas de disputa, ruptura, solidariedade e alegria sob o risco constante de desaparecermos. “Não é apenas uma questão de precisarmos viver para podermos agir, mas de termos que agir, e agir politicamente, a fim de garantir as condições de existência” (BUTLER, 2018, p. 65).

No âmbito das imagens que pretendem condensar corpo, palavra e ação feminista, entendemos que, conceitualmente, falar e agir constituem operações de linguagem cujo caráter performativo se realiza em interface. A ambos é necessário apresentar formas linguística e discursiva assim como formas material e corpórea, afetiva e estética.

### **Considerações finais**

Ana Maria Mauad (2016), ao analisar a trajetória de uma das poucas fotojornalistas brasileiras, entre as décadas de 1980 e 2000, destacou o quanto o imenso acervo de Cláudia Ferreira constitui uma obra fundamental para compreender a importância das manifestações políticas protagonizadas por mulheres na reconstrução democrática do país. Segundo ela, observar essas imagens é ainda instaurar um diálogo com a diversidade constitutiva de classe, raça, gênero, religião e etnia, que complexificava as demandas e agendas feministas presentes em um país que se redescobria latino-americano, de matriz colonial, eurocêntrica e patriarcal. Além de criarem um registro visual de seu tempo, diz Mauad (2016, p.272), as fotos de Ferreira apresentam uma diversidade de mulheres que tensionava o espaço público na emergência dos seus corpos em protestos. E hoje, como e quais imagens são capazes de tensionar o espaço do olhar e do imaginário público político feminista?

Ao nos defrontarmos com imagens que não constituem arquivos históricos, circulantes em álbuns e galerias, mas que circulam diariamente em plataformas e redes sociais digitais dos diversos perfis de agências, instituições, coletivos, muitas vezes, até mesmo pautando a grande imprensa, indagamos o que ocorre com as imagens de ações feministas na atualidade. Se, na perspectiva de Mauad (2016), as imagens de arquivo compõem o legado cultural e histórico das ações feministas, em que medida poderíamos considerar que hoje são as imagens circulantes em plataformas e redes sociais digitais de compartilhamento que constituiriam certa dimensão da experiência política feminista? Quais implicações essa nova natureza de imagens circulantes nos traz?

Como vimos, as imagens ainda colocam em perspectiva a trajetória dessas lutas; “o que nos convoca a pensar imagens como sujeitos, como agentes de transformação histórica” (MAUAD, 2016, p.273). Desse modo, compreendemos que pensar o campo da cultura visual significa entender também qual a participação das imagens midiáticas no rol das lutas sociais, particularmente, a feminista. Fotografia e vídeos de manifestações e protestos não são elaborados para a catalogação documental ou para o registro histórico de um tema político, mas para a configuração de uma imagem reconhecível do ativismo feminista.

A observação das imagens ativas que circulam entre plataformas, em diferentes páginas e perfis, é uma via de análise a um modo de acesso possível para compreender a articulação de uma linguagem performativa feminista que opera, atualmente, entre as dimensões do afeto, da voz, do corpo, da realidade e da ficção. As imagens têm o intuito de revelar como a cena de aparecimento de grupos vulnerabilizados tem se articulado tanto a partir da performatividade das alianças (de seus corpos expostos sob o risco das violências), quanto da performatividade das imagens.

Enfim, as relações entre a comunicação e as questões de gênero, no Brasil, foram expandindo o escopo de suas análises sobre estereótipos, papéis sociais e representações das mulheres para os estudos de audiência/recepção/consumo e para a inclusão paulatina da temática sobre identidades

LGBTQI+ na mídia; sobre o uso, em especial, de formas de imprensa alternativa e independente na promoção das lutas feministas para uma nascente atenção sobre o ativismo, sobretudo, de jovens na mídia e nas redes sociais digitais, engajadas [...] (ESCOSTEGUY, 2020, p.137)

Ao examinar o conteúdo da reportagem visual do Catarinas, vimos que o portal de jornalismo com enfoque de gênero verte suas imagens como subsídio à discussão temática dos direitos sexuais e reprodutivos, cara à reflexão da categoria social e epistêmica. Trata-se de uma perspectiva política ao tratamento pedagógico das imagens e que constitui a prática do portal jornalístico especializado. Sabe-se que o jornalismo participa da mediação de cadeias de afetos que validam formas de vida e o delineamento do campo dos possíveis discursivos (CASADEI, 2017, p.22). No entanto, no outro caso, mesmo sem advir de um portal especializado, notamos que, na reportagem visual do G1, uma estratégia similar comparece, pois também diz da associação e referência à ação feminista quando realizada no espaço público para chamar atenção sobre um acontecimento cotidiano sobre o mesmo tema. Em ambas, as imagens comparecem menos relacionadas à composição de um registro ou documento das ações, porque são mais voltadas à constituição de uma visualidade condigna às condições de produção e circulação da plataforma que passam a fazer parte, extensivamente, das manifestações feministas. Nesse contexto, não podemos afirmar que o uso das imagens orientaria precisamente ao engajamento político, participativo, pois imiscuídas em práticas midiáticas, comunicativas.

Há urgência para se repensarem modos de sensibilização dos jovens para o processo político convencional, fazendo-o passar por argumentos que contribuam para o fortalecimento dos espaços institucionais de participação democrática, espaços esses que atualmente se mantêm em progressivo distanciamento das culturas juvenis no Brasil. (MACHADO, 2011, p. 219).

Em ambos os casos, porém, vimos que, nas imagens das manifestações, o corpo feminino comparece como grande porta-voz que resiste às práticas regulatórias do Estado sobre o direito à reprodução e à sexualidade. Resistência e reivindicação são duas expressões de uma linguagem performativa, propriamente visual e afetiva, como afirma Butler (2018, p. 14), e que são usadas cada vez mais como recurso na tradução visual dessas batalhas corpóreas por condição de reconhecimento pelos direitos na atualidade.

## Referências

- BARBOSA, L. *Sociedade de consumo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- BARBOSA, A.; MOTA, C. Nem presa, nem morta: direitos reprodutivos no Brasil e o movimento feminista. *Revista Nordestina de História do Brasil*, 3, p.12-27, 2020. Disponível em [https://www.researchgate.net/publication/348274720\\_Nem\\_presa\\_nem\\_morta\\_direitos\\_reprodutivos\\_no\\_Brasil\\_e\\_o\\_movimento\\_feminista\\_Neither\\_imprisoned\\_nor\\_dead\\_reproductive\\_rights\\_in\\_Brazil\\_and\\_feminist\\_movement](https://www.researchgate.net/publication/348274720_Nem_presa_nem_morta_direitos_reprodutivos_no_Brasil_e_o_movimento_feminista_Neither_imprisoned_nor_dead_reproductive_rights_in_Brazil_and_feminist_movement) Acesso em 10 julho 2024.
- BRASIL, Ministério da Saúde. Boletim Epidemiológico da Secretaria de Vigilância, 53(47), 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2022/boletim-epidemiologico-vol-53-no47/view> Acesso em: 16 julho 2024.
- BONAN, C.; FERREIRA, C. *Mulheres e movimentos*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2005. 208p.
- BUTLER, J. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- BUTLER, J. *Corpos em aliança e a política das ruas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CALDERÓN, A. S. *La performatividad de las imágenes*. Madrid: Ediciones Metales Pesados, 2020.
- CANCLINI, N. G. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.
- CASADEI, E. B. O consumo da política na Revista da Semana entre 1910 e 1914: a sátira gráfica e o colonismo social como componentes de um mesmo projeto afetivo-editorial. *Interin*, Curitiba, v.22, n.2, p.21-38, 2017.
- CASADEI, E. B.; MENDONÇA, A. A. Possibilidades de consumo dos espaços de aparição, partilhas de gênero e performatividades. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 126,

p.113-132, 2021. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/12455> . Acesso em 21 julho 2024.

CATARINAS. Aborto é cuidado. Todo mundo ama alguém que já fez um aborto. Portal *Catarinas*, Disponível em: <https://catarinas.info/todo-mundo-ama-alguem-que-ja-fez-um-aborto-2/> Acesso em 19 set. 2023.

DINIZ, D.; MEDEIROS, M.; MADEIRO, A. National Abortion Survey – Brazil. *Ciência Saúde Coletiva*, 28(6), 1601-1606. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1439831> Acesso em 21 jun. 2023.

ESCOSTEGUY, A. C. Comunicação e gênero no Brasil: discutindo a relação. *Revista Eco-pós*, Rio de Janeiro, v.23, n.3, p.103-138, 2020.

FACIOLI, L. R.; GOMES, S. R. O ativismo feminista online no Brasil: aportes para uma agenda em construção. *Revista Civitas*, 2022. Disponível em: <https://revistaseltronicas.pucrs.br/index.php/civitas/article/view/40496> Acesso em 16 set. 2023.

FEATHERSTONE, M. Lifestyle and consumer culture. *Theory, Culture and Society*, v.4, n.1, p. 55-70, 1987. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/026327687004001003> Acesso em 21 julho 2024.

GAGO, V. *A potência feminista ou o desejo de transformar tudo*. São Paulo: Elefante, 2020.

GUSTAFSSON, J. *Jornalismo feminista: estudo de caso sobre a construção da perspectiva de gênero no jornalismo*. 2018. 218p. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2018.

JASTI, V. Five things we've learned about WebStories. Disponível em: <https://blog.google/web-creators/five-things-weve-learned-about-web-stories/> Acesso em 24 junho 2021.

MACHADO, M. *Consumo e politização. Discursos publicitários e novos engajamentos juvenis*. Rio de Janeiro: Mauad, 2011.

MARQUES, A. O método da cena em Jacques Rancière: dissenso, desierarquização e desarranjo. *Galáxia*, São Paulo, v.47, p.01-21, 2022.

MAUAD, A. M. Memórias em movimento: fotografia e engajamento, a trajetória de Cláudia Ferreira 1980-2014. *História: debates e tendências*. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5524/552459227002/movil/> Acesso em 01 set. 2016.

MISKOLCI, R. *Batalhas morais: política identitária na esfera pública técnico-midiatizada*. São Paulo: Autêntica, 2021.

NORONHA, D. P. A importância social da imagem: reflexões sobre diferença, representação e poder em diálogo com um pensamento decolonial. *Revista Iluminuras*, Porto Alegre, v. 20, n.50, p. 255-278, 2019.

PEREIRA, S.L.; BRAS, J.M.; RODRIGUES, J.C. Usos da cultura, dinâmicas de produção/consumo solidário e ativismos: tensões e diálogos no Bixiga, São Paulo. *E-Compós*. Rio de Janeiro, v.26, p.1-21, 2023.

RADL-PHILIPP, R. M.; CRUZ, Z. V. El acto de parir en Brasil: ¿quién protagoniza la escena? In: Marcela Jabbza Churba; Juan Antonio Rodriguez-del-Pino; Nina Navajas-Pertegás. (Org.). *Miradas de género: una sociología sin barreras, cerradas ni cerrojos*. 1ed.Barcelona: Icaria Editorial, 2019, p. 35-46.

RANCIÈRE, J. *A partilha do sensível*. Estética e política. São Paulo: Editora 34, 2005.



SIBILIA, P. A nudez autoexposta na rede: deslocamentos da obscenidade e da beleza? *Cadernos Pagu*, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8637326/5041> Acesso em 23 maio 2018.

SIBILIA, P. Os corpos visíveis na contemporaneidade: da purificação midiática à explicitação artística. In: BRASIL, A.; LISSOVSKY, M.; MORETTIN, E. (Orgs.). *Visualidades hoje*. Salvador: EDUFBA, 2013. p.119-136.

Fontes Audiovisuais:

Portal Catarinas, 2022. Story disponível no endereço <https://catarinas.info/web-stories/morte-materna-a-omissao-do-estado-no-acesso-ao-aborto-legal-e-seguro/> Acesso em: 12 maio 2024.

Portal G1, 2024. Story disponível no endereço <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2024/06/19/manifestantes-protestam-na-entrada-da-camara-dos-deputados-contraprojeto-de-lei-que-equipara-aborto-a-homicidio.ghtml> Acesso em: 12 maio 2024.

## Sobre os autores

*Angie Biondi*: Pesquisadora em estágio sênior/CNPq na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Realizou pós-doutorado em Artes na Université du Québec à Montréal, Canadá. Doutorado em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia. Tem licenciatura em Letras e bacharelado em Comunicação Social. Servidora pública vinculada à Secretaria de Educação do Estado da Bahia. Docente da Educação Básica, Técnica e Tecnológica na área de Informação e Comunicação. E-mail: [angiebiondina@gmail.com](mailto:angiebiondina@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0486-1081>.

*Rita Maria Radl-Philipp*: Professora Catedrática do Departamento de Ciência Política e Sociologia, Universidade Santiago de Compostela, na Espanha. Docente do Programa de Pós-graduação em Memória, Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Brasil. Doutorado em Filosofia e Ciências da Educação pela Universidade de Santiago de Compostela. Graduada em Pedagogia Social pela Universidade de Berlim, Alemanha. E-mail: [ritam.radl@usc.es](mailto:ritam.radl@usc.es). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9393-7753>.

---

Data de submissão: 16/07/2024

Data de aceite: 25/10/2024